



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

358

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001988-59.2010.8.17.0001 (0253779-1)**

**RELATOR:** Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Banco Único S.A., atual denominação do Banco BNL S.A.  
e Banco Unicard Credibanco S.A.

**APELADO:** Elisabete Cristina Maciel Alves Pereira

**EMENTA:** DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. REVISÃO DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS COMPENSATÓRIOS. FIXAÇÃO NÃO LIMITADA À TAXA DE 12% AO ANO. TAXA DE JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA TAXA DE JUROS MENSAL. INCIDÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. As disposições do Dec. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o Sistema Financeiro Nacional (Súmula 596/STF).
2. São de livre iniciativa a fórmula e os fatores que as instituições financeiras levam em consideração de modo abstrato, genérico ou estatístico para a fixação dos juros reais das suas operações financeiras de empréstimos. Ao Judiciário é dado examinar tão somente se a taxa de juros compensatórios não descamba para o exagero, caracterizado, objetivamente, quando extrapolam em muito a média adotada pelo mercado similar, ou viola norma do Poder Regulamentador, que expressa a política econômico-monetária do governo.
3. É permitida a incidência de capitalização quando a taxa anual de juros contratada ultrapassar o duodécuplo da taxa mensal, segundo entendimento consolidado no julgamento do REsp n. 973.827/RS, submetido ao procedimento dos recursos repetitivos.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

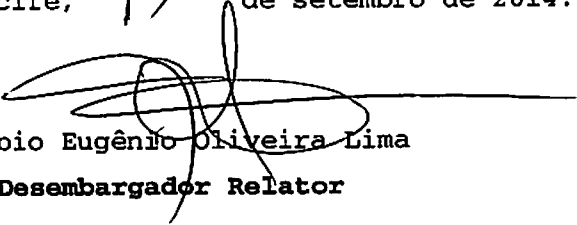
Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

359~

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 0253779-1, acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO à apelação para, modificando a sentença, julgar improcedentes os pedidos, nos termos do voto do Relator Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima.

Recife, 19 de setembro de 2014.

  
Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001988-59.2010.8.17.0001 (0253779-1)**

**RELATOR:** Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Banco Único S.A., atual denominação do Banco BNL S.A. e Banco Unicard Credibanco S.A.

**APELADO:** Elisabete Cristina Maciel Alves Pereira

**RELATÓRIO**

Cuida-se, na origem, de ação ordinária ajuizada por ELISABETE CRISTINA MARCIEL ALVES PEREIRA em face de BANCO ÚNICO S.A. e OUTROS, em que se formula pedido de revisão de contrato de cartão de crédito, sob o fundamento, em síntese apertada, de que os juros compensatórios, pactuados no percentual de 5,5% ao mês são ilegais e abusivos. A autora insurgiu-se, ainda, contra a capitalização de juros.

A sentença julgou procedentes os pedidos, sob o argumento de que o contrato existente entre as partes é abusivo, porque não foi possibilitado à autora discutir a respeito das cláusulas contratuais.

Irresignado, o BANCO ÚNICO S.A. interpôs apelação sustentando, em síntese, que através de convênio firmado entre a Polícia Militar e o banco foram fornecidos cartões de crédito aos servidores com taxa de juros abaixo da média do mercado, em benefício de ambas as partes. Sustenta, ainda, que não há limitação às instituições financeiras quanto à fixação dos juros compensatórios.

É o relatório.

Sem revisão. Malgrado o processo tenha tramitado sob o rito ordinário, a causa tem valor não excedente a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e não houve reconhecimento da complexidade da matéria pelo juiz *a quo*. Assim, incide, na hipótese, o disposto no

352  
144



253  
Jul

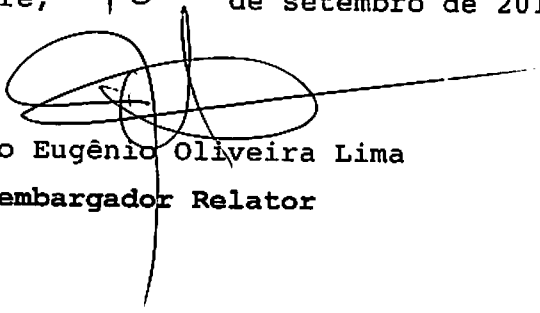
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**

**Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima**

artigo 551, § 3º, do Código de Processo Civil, na sua interpretação teleológica.

Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife, 10 de setembro de 2014.

  
Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

360

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001988-59.2010.8.17.0001 (0253779-1)**

**RELATOR:** Fábio Eugênio Oliveira Lima

**APELANTE:** Banco Único S.A., atual denominação do Banco BNL S.A.  
e Banco Unicard Credibanco S.A.

**APELADO:** Elisabete Cristina Maciel Alves Pereira

VOTO

Foram dois, basicamente, os pedidos da parte autora: (i) reconhecimento da ilegalidade e abusividade dos juros compensatórios e (ii) reconhecimento da incidência não permitida de capitalização de juros.

No que diz respeito aos juros, tem-se que com o advento da Lei nº 4.595/64, diploma que disciplinou de forma especial o Sistema Financeiro Nacional e seus institutos, ficou clara a não incidência da Lei da Usura (Dec. 22.626/33) no tocante à limitação dos juros compensatórios à razão de 12% ao ano.

A propósito, há a Súmula 596/STF:

"As disposições do Dec. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o Sistema Financeiro Nacional."

Sendo assim, as instituições financeiras ou bancárias podem contratar taxas de juros acima de 12% ao ano. As regras do mercado é que definem o percentual da taxa. O contratante, por sua vez, é livre para aderir à taxa de juros quando firma o contrato.

Especificamente no que diz respeito às administradoras de cartão de crédito, dispõe a Súmula 283 do Superior Tribunal de Justiça:

"As empresas administradoras de cartão de crédito são



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

361

*instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura".*

O Conselho Monetário Nacional poderia, observando a política econômico-monetária do governo, estabelecer maiores restrições a essa taxa, já que, nos termos do art. 4º, inciso IX, da lei 4.595/64, cabe a ele:

"(...)

IX - limitar, sempre que necessário as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central do Brasil (...)"

Em não o fazendo prevalecem as taxas contratadas - independentemente se a metodologia de cálculo utilizada seguiu a lógica matemática da taxa de juros simples ou da taxa de juros compostos -, ante a não aplicação - repita-se - da Lei da Usura aos contratos de mútuo bancário. Assim, em regra de princípio, são de livre iniciativa a fórmula e os fatores que as instituições financeiras levam em consideração de modo abstrato, genérico ou estatístico para a fixação dos juros reais das suas operações financeiras de empréstimos. Sem relevância jurídica, se a instituição financeira, ao compor o índice dos juros compensatórios, embute os custos referentes ao percentual de inadimplência, etc. Ao Judiciário é dado examinar tão somente se a taxa de juros efetivamente aplicada não descamba para o exagero, caracterizado, objetivamente, quando extrapolam em muito a média adotada pelo mercado similar, ou viola norma do Poder Regulamentador, o que, definitivamente, não é a hipótese dos autos.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

362  
L

Não reconheço abusividade, portanto, na taxa de juros compensatórios aplicada em patamar - ainda que elevado - compatível com o mercado brasileiro.

Bem a propósito, o Superior Tribunal de Justiça, órgão jurisdicional encarregado de uniformizar a interpretação do direito federal, instaurou incidente de recurso repetitivo sobre a matéria, de cujo acórdão resultou a orientação no que tange aos juros remuneratórios nos seguintes termos:

"ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS

- a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;
- b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;
- c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;
- d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto." RECURSO ESPECIAL Nº 1.061.530 - RS (2008/0119992-4).

Passo à análise da questão da incidência da capitalização de juros.



363

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

Na atual orientação do Superior Tribunal de Justiça, proveniente do REsp n. 973.827/RS, que também tramitou sob o rito dos recursos repetitivos, é permitida a incidência de capitalização, ainda que não expressamente prevista, quando a taxa anual de juros pactuada ultrapassar o duodécuplo da taxa mensal, uma vez que, neste caso, sua contratação estaria subentendida.

No caso, a taxa anual prevista expressamente nas faturas do cartão de crédito é de 91,83%, maior, portanto, do que doze vezes a taxa de juros mensal que é de 5,5%, de forma que admitida a capitalização.

Pelo exposto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO à apelação para, modificando a sentença, julgar improcedentes os pedidos.

Recife, 19 de setembro de 2014.

  
Fábio Eugênio Oliveira Lima  
Desembargador Relator